



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de execução orçamental

2021 - 1º Trimestre

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Em conformidade com o n.º 1, alínea e) do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de Agosto de 2010, na sua versão atualizada, devem ser elaborados e enviados aos membros do Governo Regional que detenham a tutela dos sectores das finanças, relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que exigíveis.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Optou-se por proceder ao envio dos elementos considerados mais relevantes para a apreciação da execução orçamental acima referida, bem como do Relatório do fiscal único, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental do primeiro trimestre de 2021 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC - AP.

2. Execução orçamental por classificação económica

2.1. Execução orçamental da despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2021, largamente afetada pela pandemia SARS CoV-2:

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 337 740,00	221 482,92	16,56%
Aquisição Bens Serviços	1 186 881,00	45 383,97	3,82%
Juros e Outros Encargos	1 000,00	0,00	0,00%
Administração Regional	25 000,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	130 882,00	4 305,91	3,29%
SUBTOTAL	2 681 503,00	271 172,80	10,11%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	1 586 015,00	0,00	0,00%
Transferência de Capital	2 268 081,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2 900 000,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	6 754 096,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 435 599,00	271 172,80	2,87%

As despesas correntes têm uma execução de 271.172,80€ e apresentam um grau de realização de 10,11%.

Na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor da execução representa os trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos.

No que concerne às despesas de capital a execução registada foi nula, uma vez que não foram adquiridos bens de capital, e em relação aos Passivos Financeiros não houve lugar à amortização de capital, decorrente dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira.

No global, o nível de execução do orçamento da despesa da SDPS no primeiro trimestre ficou em 2,87%.

Analisando a execução orçamental da despesa na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que toda a despesa foi paga com recurso a Receitas Próprias.

RESUMO DA DESPESA - SDPS

FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 138 102,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	326 623,00	0,00	0,00%
FUNDO DE COESÃO NACIONAL (392)	141 196,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 141 244,00	271 172,80	23,76%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 539 314,00	0,00	0,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 149 120,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 435 599,00	271 172,80	2,87%

2.2. Execução orçamental da receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2021:

RESUMO DA RECEITA - SDPS

RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 125 244,00	46 138,07	4,10%
Outras Receitas Correntes	16 000,00	1 901,73	11,89%
SUBTOTAL	1 141 244,00	48 039,80	4,21%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	390 316,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	4 038 102,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	4 428 418,00	0,00	0,00%
Saldo Gerência Anterior	3 865 937,00	3 865 936,09	100,00%
SUBTOTAL	3 865 937,00	3 865 936,09	100,00%
TOTAL	9 435 599,00	3 913 975,89	41,48%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2021 foi de 41,48%, sendo que as receitas correntes tiveram uma execução de 4,21% e as receitas de capital uma execução nula.

De salientar que apenas as receitas correntes, contribuíram para o desempenho da receita.

Analisando a execução orçamental da receita na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que 1,23% da receita arrecadada, teve origem nas receitas próprias.

O saldo de gerência representa 98,77% do total da receita arrecadada.

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 138 102,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	326 623,00	326 622,36	100,00%
FUNDO DE COESÃO NACIONAL (392)	141 196,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 141 244,00	48 039,80	4,21%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 539 314,00	3 539 313,73	100,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 149 120,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 435 599,00	3 913 975,89	41,48%

3. Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º TRIMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
Vendas	1 916,62	15 993,20	25 552,72
Prestações de serviços	30 256,46	158 831,69	324 737,35
Subsídios à exploração			399 405,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 357,45)	(10 132,49)	(17 095,71)
Fornecimentos e serviços externos	(37 827,66)	(51 301,50)	(319 189,33)
Gastos com o pessoal	(228 106,28)	(218 857,76)	(974 305,04)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			41 893,12
Outros rendimentos e ganhos	3 391,62	5 277,82	24 667,97
Outros gastos e perdas	(8 964,25)	(13 372,70)	(93 437,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	(240 690,94)	(113 561,74)	(587 771,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(276 914,79)	(279 145,97)	(1 115 516,26)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(517 605,73)	(392 707,71)	(1 703 287,90)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-	-
Resultado antes de impostos	(517 605,73)	(392 707,71)	(1 703 287,90)
Imposto sobre o rendimento	-	-	(205,42)
Resultado líquido do período	(517 605,73)	(392 707,71)	(1 703 493,32)

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro trimestre de 2021, face ao período homólogo de 2020, temos a observar o seguinte:

- Acentuada diminuição no valor, quer das Vendas, quer das Prestações de serviços, em resultado das restrições impostas pelo COVID – 19, que implicaram descidas acentuadas nos utentes, e por consequência, nas receitas do Campo de Golfe do Porto Santo, do Campo de Ténis;
- Orientações de gestão do acionista no sentido da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia do COVID-19;
- Encerramento do Parque de Campismo, contribuindo igualmente para a redução verificada, a isenção de rendas aos concessionários privados.

Na análise efetuada aos Gastos, comparativamente ao período homólogo de 2020, verificamos que, em especial nos FSE, uma redução generalizada, justificado pela atividade reduzida e inexistente dos diversos empreendimentos, com redução de consumos variáveis.

4. Balanço

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.
BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º TRIMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	36 190 805,72	37 232 284,86	36 467 720,51
Ativos intangíveis	-	1 221,09	
Outros ativos financeiros		12 660,04	
<i>Total de ativo não corrente</i>	36 190 805,72	37 246 165,99	36 467 720,51
Ativo CORRENTE			
Inventários	5 614 405,99	5 622 587,17	5 615 763,44
Clientes	65 390,74	65 756,38	73 538,68
Estado e outros entes públicos	230 681,90	218 107,52	222 198,92
Outras contas a receber	14 265 047,32	10 286 184,35	10 226 945,32
Diferimentos	3 187,59		3 187,59
Caixa e depósitos	3 687 498,29	3 623 050,94	3 902 480,89
<i>Total de ativo corrente</i>	23 866 211,83	19 815 686,36	20 044 114,84
TOTAL DO ATIVO	60 057 017,55	57 061 852,35	56 511 835,35
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património/Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio	28 475 373,69		20 487 833,23
Prémios de emissão	1,62	1,62	1,62
Reservas			
Resultados transitados	(78 724 402,89)	(77 018 234,92)	(77 020 909,57)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		6 515,59	-
Resultado líquido do período	(517 605,73)	(392 707,71)	(1 703 493,32)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	28 751 901,69	2 114 109,58	21 281 966,96
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	346 935,00	346 935,00	346 935,00
Financiamentos obtidos	27 166 666,66	50 647 602,45	31 116 105,12
<i>Total do passivo não corrente</i>	27 513 601,66	50 994 537,45	31 463 040,12
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	6 261,78	767,91	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utente	60 375,00	-	60 375,00
Estado e outros entes públicos	18 162,88	42 713,84	205,42
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar	806 714,54	904 284,53	806 247,85
Outros passivos financeiros		105 439,04	
<i>Total do passivo corrente</i>	3 791 514,20	3 953 205,32	3 766 828,27
TOTAL DO PASSIVO	31 305 115,86	54 947 742,77	35 229 868,39
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	60 057 017,55	57 061 852,35	56 511 835,35
	-	-	-

No balanço há a assinalar, face a 31 de dezembro de 2020:

- No Ativo Corrente, verificou-se uma diminuição do valor de Clientes, justificada pelo cumprimento dos clientes na regularização das dívidas;
- Nas Outras contas a receber verifica-se um aumento, decorrente do valor que a SDPS irá receber como prestações acessórias da acionista, no decorrer de 2021;
- No Património Líquido, verificou-se um aumento dos outros instrumentos de capital próprio, devido à conversão dos contratos de mútuo celebrados em 2019 em prestações acessórias e ao lançamento dos valores previstos da injeção de capital para 2021.

5. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/20
		2021	2020	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		262 445,02	307 248,23	446 276,83
Pagamentos a fornecedores		-38 556,80	-60 691,21	-384 624,52
Pagamentos ao pessoal		-221 482,92	-198 950,45	-966 609,97
Caixa gerada pelas operações		2 405,30	47 606,57	-904 957,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				14 866,90
Outros recebimentos/pagamentos		-217 387,90	-108 969,01	234 197,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-214 982,60	-61 362,44	-655 892,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			-5 023,92	-87 399,40
Ativos intangíveis				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	-5 023,92	-87 399,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	3 856 335,90
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00	956 335,90
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-214 982,60	-66 386,36	213 043,59
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 687 498,29	3 623 050,94	3 902 480,89
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
De execução orçamental		3 865 936,09	3 611 186,28	3 611 186,28
De operações de tesouraria		36 544,80	78 251,02	78 251,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 687 498,29	3 623 050,94	3 902 480,89
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 687 498,29	3 623 050,94	3 902 480,89
De execução orçamental		3 650 953,49	3 527 873,38	3 865 936,09
De operações de tesouraria		36 544,80	95 177,56	36 544,80

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar uma redução nos recebimentos de clientes e nos pagamentos a fornecedores, face ao período homólogo de 2020 decorrente da pandemia do COVID-19.

6. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados no cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, pese embora as consequências imprevisíveis da pandemia SARS CoV-2 no desempenho operacional da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., quer nas atividades que são asseguradas em gestão direta, quer nos empreendimentos concessionados.

Funchal, 26 de abril de 2021

O Conselho de Administração

A Presidente,

Os Vogais Executivos,



(Nivalda Gonçalves)



(Fátima Carvalho Correia)



(Ricardo Morna Jardim)



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2021

Abril de 2021

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094
Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o
n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é Relatório elaborado nos termos da alínea e), do nº 1, do Art. 13.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira e do constante da alínea e) do número um do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2020-2022.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre de 2021, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras reportados a 31 de Março de 2021, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos Balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no Relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2021, incluindo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Controlo Orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas Demonstrações Financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2021 são as seguintes:

Designação	2021			2020		
	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 31-03-2021	Grau de Exec.	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 31-03-2020	Grau de Exec.
RECEITAS CORRENTES	1.141.244,00	48.039,80	4,21%	973.384,00	307.248,23	31,56%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.125.244,00	46.138,07	4,10%	968.184,00	307.248,23	31,73%
Outras Receitas Correntes	16.000,00	1.901,73	11,89%	5.200,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	4.428.418,00	0,00	0,00%	6.982.283,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	390.316,00	0,00	0,00%	60.615,00	0,00	-
Passivos Financeiros	4.038.102,00	0,00	0,00%	6.921.668,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS	3.865.937,00	3.865.936,09	-	0,00	0,00	0,00%
Saldo da gerência anterior	3.865.937,00	3.865.936,09	100,00%	0,00	0,00	0,00%
Total	9.435.599,00	3.913.975,89	41,48%	7.955.667,00	307.248,23	3,86%

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2021 ascende a 41,48%, que se traduz em 3.913.975,89 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 3.606.727,66 euros face aos valores registados em período homólogo anterior. O referido grau de execução justifica-se essencialmente pela ausência de Receitas de Capital e Outras Receitas, cuja justificação se apresenta nos pontos seguintes:

- ✓ Os valores apresentados em “*Passivos Financeiros*” apresentam uma taxa de execução nula, em virtude de a Sociedade não ter tido necessidade de recorrer a financiamentos junto da RAM, de modo a fazer face às suas despesas correntes, as quais foram totalmente suportadas na receita própria gerada pela SDPS;
- ✓ O saldo de gerência anterior apresenta também uma execução nula no primeiro trimestre de 2021, pois aguarda aprovação da respetiva alteração orçamental. O valor do saldo de gerência de 2019 a transitar para o corrente exercício ascende a cerca de 3.611.187 euros.
- ✓ O saldo de gerência representa 98,77% do total da receita arrecadada.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2021 são as seguintes:

Designação	2021			2020		
	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 31/03/2021	Grau Exec.	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 31/03/2020	Grau Exec. Anual
DESPESAS CORRENTES	2.681.503,00	271.172,80	10,11%	2.042.759,00	296.898,58	14,53%
Despesas com Pessoal	1.337.740,00	221.482,92	16,56%	1.371.694,00	198.950,45	14,50%
Aquisição Bens Serviços	1.186.881,00	45.383,97	3,82%	510.831,00	60.691,21	11,88%
Juros e outros encargos	1.000,00	0,00	0,00%	1.000,00	5,22	0,52%
Administração Regional	25.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	130.882,00	4.305,91	3,29%	159.234,00	37.251,70	23,39%
DESPESAS DE CAPITAL	6.754.096,00	0,00	0,00%	5.912.908,00	5.023,92	0,08%
Aquisição Bens capital	1.586.015,00	0,00	0,00%	422.557,00	5.023,92	1,19%
Transferências de Capital	2.268.081,00	0,00	0,00%	2.590.351,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2.900.000,00	0,00	0,00%	2.900.000,00	0,00	0,00%
Total	9.435.599,00	271.172,80	2,87%	7.955.667,00	301.922,50	3,80%

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2021 situa-se nos 2,87%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 271.172,80 euros.

Verifica-se uma diminuição de 30.749,70 euros quando comparada com a que foi realizada no período homólogo anterior. Não obstante, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o baixo grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 31 de março de 2021:

- ✓ O grau de execução orçamental da rubrica “*Outras Despesas Correntes*” para o primeiro trimestre de 2021 ascende a 3,29%. Não obstante a execução estar em linha com o valor esperado para o primeiro trimestre, verificou-se uma diminuição de 32.945,79 euros face ao período homólogo anterior;
- ✓ Os valores apresentados em “*Despesas de Capital*” para o período em análise apresentam uma taxa de execução quase nula pelas seguintes razões:
 - No período em análise apenas se realizaram pequenas obras de conservação nos empreendimentos gerido pela Sociedade, as quais são registadas em “*Aquisição de Bens de Capital*”
 - A rubrica de “*Passivos Financeiros*” apresenta um grau de execução nulo, na medida em que não foram efetuadas quaisquer amortizações de capital relacionadas com os financiamentos bancários contratados pela Sociedade;
 - Na rubrica “*Transferências de Capital*” não se procederam no primeiro trimestre de 2021 a transferências de capital.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2021.

Relativamente ao primeiro de trimestre de 2021, não conhecemos nenhum desenvolvimento que possa alterar a nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 36.467 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 31 de dezembro de 2020”*
- *“A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma, não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património líquido da Entidade.”*
- *“Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo tripartido entre a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial “Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda.”, de acordo com o qual a SDPS adquiriu a esta entidade um terreno pelo montante de 5.670 milhares de euros. Relativamente ao referido acordo, na decorrência da Assembleia Geral de Acionistas de março de 2020, foi decidido que o mesmo apenas produzirá efeitos contabilísticos após conclusão do procedimento de fiscalização concomitante por parte do Tribunal de Contas, que se encontra em curso na presente data. Deste modo, tendo em conta que a decisão do Tribunal de Contas não condiciona a obrigação contatual assumida pela SDPS, somos de opinião de que o Ativo e o Passivo da Entidade se encontram subavaliados em 5.670 milhares de euros.”*

Por último, salientamos que apesar da Resolução da Presidência do Governo Regional e da deliberação da Assembleia Geral da Sociedade relativa à conversão de Contratos de Mútuo em prestações acessórias, encontra-se perdido mais de metade do capital social da Sociedade, desta forma, deverá ser tido em consideração o disposto no Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 29 de abril de 2021



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)